

13 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE

Atuação Ministerial

O Ministério das Relações Exteriores é o órgão político-administrativo encarregado de auxiliar o Presidente da República na formulação da política externa, assegurar sua execução e manter relações com Estados estrangeiros, organismos e organizações internacionais, promovendo os interesses nacionais e articulando as ações do Governo no plano externo, com vistas a criar ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável do Brasil, com equidade e justiça social, mediante a defesa da prevalência da paz, o reforço do multilateralismo, do primado do Direito e da democracia no sistema decisório internacional e do respeito à igualdade jurídica entre os Estados e ao princípio da não-intervenção. As ações desenvolvidas pelo Ministério em 2003, a seguir resumidas, se inserem no contexto do Plano Plurianual - PPA.

Política Internacional e Relações Diplomáticas

América do Sul

A prioridade conferida à América do Sul resultou, no primeiro ano do Governo do Presidente, em intensa atividade diplomática. Todos os primeiros mandatários da América do Sul realizaram visitas de trabalho ao Brasil. O Presidente visitou Argentina, Peru, Colômbia e Venezuela e compareceu às cerimônias de posse dos novos Presidentes da Argentina, do Equador e do Paraguai. Participou da Cúpula do Grupo do Rio, em Cusco, Peru; da Cúpula Ibero-americana, em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia; da celebração do 49º aniversário da Organização Internacional do Café, em Cartagena, e da XIX reunião do Conselho Presidencial Andino, em Medellín, na Colômbia.

Em janeiro de 2003, o Brasil sugeriu a criação de um “Grupo de Amigos da Venezuela”, com o objetivo de contribuir para superar pacificamente a situação política persistente no país vizinho. Integram o Grupo, além do Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos da América, México e Portugal. O Grupo, através de reuniões, gestões e declarações, vem colaborando com o Secretário-Geral da OEA, Cesar Gaviria, na busca de uma solução política e pacífica à situação venezuelana e de um retorno gradual do País à normalidade.

No final de 2003, diante da crise social, política e econômica na Bolívia, que levou à renúncia do Presidente Sánchez de Lozada, o Governo brasileiro organizou missões àquele país, a primeira delas em conjunto com o Governo argentino, com o objetivo de apoiar a normalidade institucional e a retomada do desenvolvimento. Entre outras medidas, houve o cancelamento de parte da dívida boliviana com o Brasil e a definição de amplos programas de cooperação com o País limítrofe.

No entendimento de que a melhoria da infra-estrutura regional é instrumento fundamental para a integração sul-americana, o Governo deu ênfase à implementação de projetos rodoviários, de comunicações e de integração energética com os países vizinhos. O Brasil participa ativamente da IIRSA (Iniciativa para Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana) e o BNDES tem atuado no financiamento de projetos de infra-estrutura física na Região. Tais iniciativas contribuíram para consolidar o papel do Brasil no processo de integração regional.

Tratado de Cooperação Amazônica

No plano multilateral, instalou-se, em março, em Brasília, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Por meio dessa organização, os países membros (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) procuram desenvolver ações conjuntas em benefício do desenvolvimento dos territórios amazônicos, de forma sustentável.

Mercosul

O ano de 2003 marcou a retomada vigorosa do projeto de integração Mercosul. As duas reuniões semestrais do Conselho do Mercado Comum, órgão máximo do Mercosul, resultaram em avanços significativos desde as perspectivas econômica, comercial e institucional. Cabe destacar, nesse sentido, a aprovação do Objetivo 2006 (Decisão Nº26/03), na XXIV Reunião do Conselho Mercado Comum, realizada em junho, em Assunção, Paraguai. O documento, proposto pelo Brasil, consiste em Programa para a Consolidação da União Aduaneira e para o Lançamento do Mercado Comum. Nele são estabelecidas metas precisas para a obtenção dos avanços necessários ao aprofundamento do MERCOSUL.

Desde a perspectiva institucional, destacam-se a aprovação do Acordo para a Criação do “Visto Mercosul”; a entrada em vigor do Protocolo de Olivos e a aprovação de sua regulamentação; a criação do Tribunal Administrativo Trabalhista do Bloco; a regulamentação do Foro de Consulta e Concertação Política. Ademais, foram concluídas as negociações de diversos acordos no marco da reunião de Ministros de Justiça e Interior, que complementam o Plano Geral de Segurança Regional.

No que tange ao âmbito econômico-comercial, destaca-se a aprovação de regimes especiais comuns de importação na área de bens de informática, telecomunicações e bens de capital, além de um regime especial para *commodities*. Ocorreu, também, a aprovação do Protocolo de Compras Governamentais e o término da IV Rodada de Negociações sobre os Compromissos em Matéria de Serviços. Além disso, ressaltam-se o estabelecimento dos Regimes de Acumulação de Origem e Circulação de Mercadorias Originárias do MERCOSUL e a aprovação do Regime Comum de Importação de Bens Destinados à Investigação Científica e Tecnológica.

Foi dada prioridade ao acompanhamento e à negociação do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Peru e do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações-CAN. O Acordo Mercosul-Peru foi assinado em agosto, em Lima. O Acordo Mercosul-CAN foi assinado em dezembro, em Montevideu. Em relação a este Acordo, foi estabelecido o prazo de 31 de março próximo para a conclusão das negociações sobre listas de produtos a serem beneficiados e requisitos específicos de origem, com vistas a entrar em vigência em 1º de julho de 2004. A assinatura de ambos os Acordos representou conquista importante para o País em 2003.

Realizou-se, em outubro, em Brasília, a primeira reunião da Comissão Administradora do ACE-53 (Brasil-México). Além da aprovação do regulamento da Comissão Administradora, foram discutidos o aprofundamento do ACE-53 e do ACE-55 (setor automotivo) e as perspectivas de negociação de um Acordo de Livre Comércio Mercosul-México. O México reafirmou sua intenção de negociar esse Acordo, ou mesmo um acordo bilateral com o Brasil.

Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)

Durante o ano de 2003, as negociações da ALCA entraram em fase decisiva. Iniciou-se o processo de troca de ofertas de acesso a mercados, e intensificou-se a discussão sobre o texto final do Acordo. Nesse contexto, o Brasil identificou sério desequilíbrio nas negociações. Havia grande pressão para aceitarmos regras nas áreas de serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual, as quais incidiriam diretamente sobre a capacidade reguladora do Estado brasileiro. Por outro lado, não pareciam encorajadoras as perspectivas de obtenção de livre acesso ao maior mercado do hemisfério para os produtos em que detemos vantagens comparativas (sobretudo, mas não apenas, agrícolas). Ademais, excluíram-se das negociações aspectos de importância prioritária para o Brasil, como os subsídios agrícolas e as medidas de defesa comercial.

Em julho de 2003, tendo em vista a situação descrita anteriormente, o Mercosul, por iniciativa brasileira, apresentou proposta de reestruturação do processo negociador, em bases mais realistas e pragmáticas, com o objetivo de possibilitar a conclusão das negociações de forma equilibrada e no prazo previsto. Como resultado do esforço negociador do Brasil ao longo de 2003, alcançou-se, por ocasião da VIII Reunião Ministerial, realizada em Miami, em novembro de 2003, um novo entendimento sobre o formato do futuro acordo, centrado no conceito de flexibilidade, com vistas a possibilitar a conclusão das negociações no prazo previsto de janeiro de 2005 e em bases mais equilibradas e consistentes com os interesses brasileiros.

Acordo de Associação Interregional Mercosul-União Européia

No contexto das negociações para a conformação de um Acordo de Associação Interregional Mercosul-UE foram realizadas três reuniões do Comitê de Negociações Birregionais, além da II Reunião Ministerial Mercosul-UE. Nesses encontros, avançou-se na elaboração dos diferentes capítulos que compõem o projeto de Acordo Interregional. Foram também intercambiadas as ofertas do Mercosul e da UE no tocante a bens, serviços e investimentos. A elaboração do Programa de Trabalho de Bruxelas, durante a II Reunião Ministerial Mercosul-UE, permitiu iniciar-se a etapa final do processo negociador do Acordo Interregional, a ser assinado, em princípio, em outubro de 2004.

Mercosul-Índia

No plano das negociações Mercosul-Índia, foi assinado em junho de 2003, durante a Cúpula Presidencial do Mercosul em Assunção, o Acordo Quadro Mercosul-Índia para a conformação de uma área de livre comércio. Foi elaborado projeto que constituiu a primeira etapa do Acordo de Comércio Preferencial entre Mercosul e Índia, a ser assinado por ocasião da visita do Presidente da República a Delhi, em janeiro de 2004, acompanhado de plenipotenciários dos três parceiros do Mercosul e do ex-Presidente argentino Eduardo Duhalde.

Mercosul-África do Sul

Exercício semelhante vem sendo desenvolvido em relação às negociações Mercosul-África do Sul. No segundo semestre foram retomadas as negociações técnicas para um Acordo de Preferências Tarifárias Fixas, como passo prévio para um acordo de livre comércio.

América do Norte

Estados Unidos - O Presidente da República manteve encontro com o Presidente norte-americano George W. Bush, em Washington, em junho de 2003, acompanhado dos Ministros das Relações Exteriores, da Fazenda, do Desenvolvimento, e da Indústria e Comércio Exterior. Foram tratados temas relacionados à agricultura, comércio, energia, ciência e tecnologia, saúde, economia, Nações Unidas, e outros de interesse das amplas, complexas e dinâmicas relações bilaterais.

Canadá - O Ministro das Relações Exteriores canadense, Bill Graham, visitou o Brasil em janeiro de 2003, com intuito de revigorar as relações bilaterais com o Brasil.

Europa

Alemanha - Logo após a posse, o Presidente visitou a Alemanha. Em outubro, realizou-se, em Goiânia, o Encontro Econômico Brasil-Alemanha, com a presença da Ministra alemã de Defesa do Consumidor, Alimentos e Agricultura e do Ministro do Meio Ambiente da Alemanha. Na oportunidade, o Ministro do Desenvolvimento Agrário propôs à Ministra da Alemanha uma parceria estratégica Brasil-Alemanha no campo da agricultura familiar. Ressalte-se, ainda, a realização, em Brasília (novembro), da II Reunião de Consultas Políticas entre os dois países e o intenso intercâmbio de visitas ministeriais havido em 2003.

Países Baixos - A Rainha Beatrix realizou Visita de Estado ao Brasil, em março. A visita veio coroar o processo de adensamento das relações entre o Brasil e o Reino dos Países Baixos, fortalecendo e aprofundando o diálogo e a cooperação entre os dois países.

Noruega - O Rei Harald V e a Rainha Sonja realizaram Visita de Estado ao Brasil em outubro. A visita ensejou a ampliação das perspectivas bilaterais de cooperação e de investimento, notadamente nos setores da construção naval e transporte marítimo, petróleo, geração de energia hidrelétrica, pesca e derivados.

Reino Unido - O Presidente da República participou, em julho, em Londres, da Cúpula da Governança Progressista, ocasião em que se encontrou com o Primeiro-Ministro Tony Blair. Outro ponto alto do relacionamento bilateral foi a Reunião de Consultas Políticas entre os dois países, ocorrida em maio, em Brasília.

Portugal - Como forma de marcar a importância de Portugal, o Presidente escolheu o país como destino da primeira Visita de Estado realizada no seu Governo, o que se realizou em julho. Em 2003, visitaram o Brasil várias autoridades portuguesas, entre as quais, o Presidente Jorge Sampaio, o Primeiro-Ministro José Manuel Durão-Barroso e os Ministros da Fazenda; da Cultura; dos Negócios Estrangeiros e da Segurança Social e do Trabalho.

Espanha - O Presidente realizou visita de Estado ao país em julho de 2003. Em outubro, visitou Oviedo, para receber o Prêmio Príncipe de Astúrias. Do lado espanhol, estiveram no Brasil, a Rainha Sofia (outubro), convidada de honra do Foro Internacional de Microcréditos realizado em Brasília e o Presidente do Governo José Maria Aznar (novembro). À margem da Cúpula Ibero-Americana, realizada em novembro, os Presidentes Lula e Aznar assinaram o Plano de Parceria Estratégica Brasil-Espanha.

Finlândia - A Presidente da Finlândia, Tarja Halonen, realizou visita ao Brasil em novembro de 2003, acompanhada de expressiva delegação empresarial.

Ásia

China - Foi o 3º destino mundial das exportações brasileiras em 2003. Visitaram a República Popular da China (RPC) os Ministros Roberto Rodrigues (MAPA) e Roberto Amaral (MCT). Em outubro, o Ministro Luiz F. Furlan (MDIC) participou do I Fórum China – CPLP, em Macau. Lançou-se o segundo satélite sino-brasileiro (CBERS II), na RPC. Nove Vice-Ministros chineses visitaram o Brasil.

Índia - Foi o 4º maior destino das exportações brasileiras na Ásia em 2003. Realizaram-se a VII Reunião de Consultas Políticas (Nova Delhi), visitas ao Brasil do Chanceler e do Ministro da Defesa indianos, a constituição do Fórum Trilateral IBAS (Índia, Brasil, África do Sul), visita à Índia do Ministro das Relações Exteriores, com inauguração da Comissão Mista, e do Ministro da Defesa, que assinou Acordo Bilateral de Cooperação em Defesa.

Malásia - As relações bilaterais atingiram novo patamar com a visita oficial ao Brasil, em março de 2003, do Primeiro-Ministro Mahathir bin Mohamad.

Timor-Leste - A posição especial de Timor-Leste na diplomacia brasileira foi reafirmada pela continuidade da cooperação prestada ao mais novo Estado da CPLP. Destacou-se, nesse sentido, a ratificação pelo Congresso Nacional dos Acordos de Cooperação Técnica e Educacional entre os dois países. O Ministro da Justiça, Domingos Sarmiento, e o Presidente do Parlamento Nacional, Francisco Guterres, visitaram o Brasil.

Vietnã - Realizaram-se, em 2003, missão político-empresarial a Hanói, liderada pelo Deputado Aldo Rebelo; a II Reunião de Consultas sobre Temas de Interesse Comum, naquela capital; assinatura do Acordo Cultural entre os dois países; e visita do Ministro da Defesa vietnamita ao Brasil.

Coréia do Sul - Celebrou-se a IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Coréia, em Brasília, em novembro.

Oriente Próximo

Síria, Líbano e Emirados Árabes Unidos (EAU) - Visita do Presidente da República, em dezembro, à Síria, Líbano e Emirados Árabes Unidos para fortalecer as relações políticas, comerciais e culturais com esses países. Realização da Semana Brasileira em Dubai e Seminário Empresarial Brasil-EAU. Encontro com o Chanceler da Autoridade Nacional Palestina no Egito para discutir maior participação do Brasil no processo de paz no Oriente Médio.

Durante a visita do Presidente da República à Síria, foram assinados acordos sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários, Cooperação no Campo de Turismo, Cooperação Esportiva, bem como o Programa Executivo de Cooperação Cultural e Educacional 2004-2006. Na visita do Presidente da República ao

Líbano, foram assinados os acordos sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários, Cooperação no Campo de Turismo, Cooperação sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e Outras Transações Financeiras Fraudulentas e Afins, bem como o Memorando de Entendimento que estabelece uma Comissão Bilateral de Cooperação de Alto Nível.

Por ocasião da visita do Presidente da República aos Emirados Árabes, nos dias 6 e 7 de dezembro de 2003, foram propostos os seguintes instrumentos de cooperação bilateral: Cooperação sobre Regiões de clima semelhante ao semi-árido; Acordo Aéreo; Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal; Protocolo de Intenções no Domínio da Energia Elétrica; Acordo de Cooperação em Esportes; Acordo de Cooperação Técnica na Área de Procedimentos Sanitários e Fitossanitários; Memorando de Entendimento para a Ampliação e Diversificação das Relações Bilaterais, com o estabelecimento de um Fórum Econômico-empresarial Conjunto; Protocolo de Intenções na área da Saúde; Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área da Agricultura; e Acordo de Isenção de Bitributação.

África

Visita do Presidente de Burquina Faso

Realizou-se visita do Presidente do Burquina Faso ao Brasil e o início das negociações para o estabelecimento de cooperação na área da saúde.

Visita do Presidente da República a Egito e Líbia

A visita do Presidente da República ao Egito e à Líbia, em dezembro, permitiu iniciar um novo ciclo no relacionamento com ambos os países. No caso do Egito, reforçou-se o relacionamento político bilateral com a assinatura de Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas e a negociação de protocolos e outros instrumentos de cooperação a serem assinados em 2004. O presidente discursou no plenário da sede da Liga dos Estados Árabes, para apresentar as posições brasileiras sobre políticas sociais, relações comerciais e questões multilaterais. No caso da Líbia, foi possível delinear um programa de ação para as relações bilaterais, que inclui agenda comercial e de cooperação.

Visita presidencial à África Austral

Em novembro, o Presidente da República visitou São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul. Celebraram-se diversos acordos de cooperação técnica, científica e institucional.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Iniciou-se em julho o segundo e último ano do mandato do Brasil na Presidência da CPLP. A CPLP teve importante papel na mediação que permitiu a reversão de um golpe de Estado em São Tomé e Príncipe. A Presidência da CPLP também realizou gestões junto aos organismos financeiros internacionais e países doadores visando garantir apoio à Guiné-Bissau, atualmente em processo de transição política.

Abertura da Embaixada em São Tomé

Foi inaugurada oficialmente pelo Presidente da República, em novembro, a Embaixada do Brasil na capital de São Tomé e Príncipe. Detentor de importantes reservas petrolíferas, tratava-se do único país de língua oficial portuguesa no qual o Brasil não possuía representação diplomática residente.

Fórum Brasil-África

Realizou-se, em junho, o I Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio (Fortaleza, Ceará). O evento reuniu autoridades de governo, acadêmicos, empresários e líderes da sociedade civil brasileiros e africanos, e permitiu reunir informações e subsídios para renovar as relações entre o Brasil e os países africanos.

Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS)

De acordo com a Declaração de Brasília, (junho de 2003) Brasil, Índia e África do Sul se comprometeram a realizar, no Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), consultas, de forma a aprimorar o entendimento de suas respectivas visões políticas e a buscar coordenação e cooperação sobre ampla gama de temas. O IBAS ganhou maior impulso com o encontro de cúpula à margem da 58ª AGNU, em setembro, quando se decidiu o estabelecimento de um Fundo de Combate à Fome e à Pobreza.

Organismos Internacionais

Nações Unidas

Conselho de Segurança das Nações Unidas

O Brasil foi eleito para ocupar um dos dez assentos destinados a membros não-permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O mandato do Brasil compreende o período de janeiro de 2004 a dezembro de 2005.

Conselho Econômico e Social

Realizou-se, na segunda metade de 2003, campanha para a eleição do Brasil a um dos 54 assentos no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas para o triênio 2005-2007. As eleições serão realizadas durante a 59ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 2004. Em 31 de dezembro, o Brasil contava com 45 apoios por escrito, 4 apoios verbais e 8 propostas de troca de voto em andamento.

Orçamento das Nações Unidas

Participação da Delegação brasileira na aprovação da nova escala de contribuições para o orçamento regular e os orçamentos das operações de paz, períodos 2004-2006. A contribuição brasileira para o orçamento regular baixou de 2,390% para 1,523% e para os orçamentos de operações de paz, de 0,47286% para 0,3046%.

Operações de Paz

Participação de policiais e militares brasileiros em Operações de Paz coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Defesa e Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (DPKO), com a participação da Missão do Brasil junto às Nações Unidas. As principais Operações de Paz de que participaram brasileiros em 2003 foram as seguintes: UNMISSET (Timor-Leste); UNOB (Burundi); UNMIK (Kosovo); MINUCI (Côte d'Ivoire); UNOGBIS (Guiné-Bissau); UNMIL (Libéria); MINUGUA (Guatemala); UNFICYP (Chipe).

Direitos Humanos e Temas Sociais

58ª Assembléia Geral das Nações Unidas

A delegação do Brasil apresentou dois projetos de resolução cujos textos versam respectivamente sobre o acesso a medicamentos no contexto de pandemias como HIV/AIDS, tuberculose e malária e sobre o direito à saúde. Ambos os projetos foram adotados pela LVIII AGNU.

56ª Assembléia Mundial da Saúde

Realizou-se em Genebra, no período de 19 a 28 de maio de 2003, a 56ª Assembléia Mundial da Saúde (AMS), cujo ponto alto foi a aprovação, por consenso, da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (FCTC), primeiro tratado internacional negociado sob a égide da OMS. O Brasil participou ativamente do processo negociador e foi o segundo país a assinar a Convenção. O texto da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco está em exame no

Congresso Nacional para ratificação. Outro tema dominante na 56ª AMS foi a questão do acesso a medicamentos, desencadeado a partir de proposta brasileira de projeto de resolução sobre o tema "Propriedade Intelectual, Inovação e Saúde Pública", aprovado por consenso.

HIV/AIDS

A projeção da política brasileira de AIDS no plano externo não se confina apenas ao foro especializado mundial sobre o tema – o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNICEF, UNDP, UNESCO, OMS, FNUAP, UNAIDS). O êxito daquela política confere ao País papel de liderança internacional. Por iniciativa brasileira, a Comissão de Direitos Humanos da ONU adotou resolução que reconhece o acesso aos medicamentos como direito fundamental do homem.

Comissão Nacional para a Difusão e Implementação do Direito Internacional Humanitário

Criação por meio de Decreto presidencial de 27 de novembro de 2003.

CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher)

A defesa do primeiro relatório brasileiro deu-se em julho de 2003, em Nova York, no contexto da 29ª Sessão do Comitê da CEDAW. O balanço da apresentação do relatório nacional ao Comitê da CEDAW foi considerado positivo, predominando sentimento de simpatia favorável ao protagonismo histórico do Brasil nos debates internacionais sobre a promoção da condição da mulher e as questões de gênero.

OIT – 91ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT)

Realizada em Genebra, em junho de 2003, teve como tema central o combate à pobreza. A alocução do Presidente da República estabeleceu nexos viáveis entre as dimensões econômicas e sociais da globalização. A delegação brasileira teve participação ativa no plenário e em todas as Comissões da Conferência.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA)

A Delegação brasileira à 117ª e à 118ª sessões de audiências na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA, realizadas respectivamente em fevereiro e outubro de 2003, contou com a presença do Secretário Especial dos Direitos Humanos, Ministro Nilmário Miranda, da Secretária Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, Ministra Matilde Ribeiro, de representantes do Itamaraty e dos Governos do Paraná e de Rondônia.

Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas

Durante a 59ª Sessão da Comissão de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas, a Delegação brasileira articulou os seguintes projetos de resolução: “A Incompatibilidade entre Democracia e Racismo”; “Acesso a Medicamentos no Contexto de Pandemias como HIV/AIDS” e “Direito de Todos ao Gozo do Mais Alto Padrão de Saúde Física e Mental”. As resoluções foram adotadas por consenso pela Comissão.

Outros temas

Narcotráfico

O Brasil mostrou-se bastante atuante no cenário regional, tendo sediado, em Brasília, três reuniões técnicas no âmbito da Comissão Interamericana Contra o Abuso de Drogas (CICAD/OEA). Sediou ainda em Salvador (outubro) a 13ª Reunião dos Chefes de Organismos Nacionais de Combate ao Tráfico de Drogas (HONLEA) além de participar de várias outras reuniões internacionais sobre o tema. Nos foros de que participou, defendeu a promoção dos princípios da responsabilidade compartilhada e da abordagem integral na luta contra as drogas, com ênfase equilibrada para os aspectos de prevenção, repressão e tratamento.

Corrupção

O Brasil participou das quatro últimas sessões do Comitê “Ad Hoc” para negociação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, esforços que culminaram na Conferência de alto nível para sua assinatura (Mérida, dezembro). No âmbito da OEA, participou, em Washington, da 3ª e da 4ª Reunião Plenária do Comitê de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (CICC). Coordenou igualmente a participação brasileira nas reuniões do Grupo de Trabalho de Corrupção/OCDE, que trata de aferir a aplicação, pelos Estados Partes, da Convenção da OCDE contra Suborno em Transações Comerciais Internacionais. O país foi avaliado no GTC em junho. Acompanhou, igualmente, o 3º Fórum Global sobre Combate à Corrupção e Preservação da Integridade (Seul, maio) – o 4º Fórum será sediado pelo Brasil, em 2005 - e a 4ª Conferência Regional Anti-Corrupção para a Ásia e o Pacífico (Kuala Lumpur, dezembro).

Terrorismo e seu Financiamento

O Brasil tem fortalecido medidas preventivas, incluindo o intercâmbio com nossos vizinhos e outros países interessados, de informações na área de inteligência. No plano regional, participou de reuniões do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE/OEA), do Grupo de Ação Financeira da América do Sul (GAFISUL) e do Grupo de Trabalho Especializado sobre Terrorismo do MERCOSUL (GTE). Na esfera multilateral, contribuiu para os trabalhos dos órgãos das Nações Unidas encarregados de combater o terrorismo, com vistas a implementar as resoluções do Conselho de Segurança sobre o assunto, em especial a 1373. Participou ainda dos trabalhos no âmbito do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI/FATF), em que o Brasil será avaliado pela segunda vez em fevereiro de 2004. Tem dado ênfase aos aspectos de fortalecimento institucional e de capacitação.

Tríplice Fronteira

O Brasil deu continuidade à estreita cooperação com a Argentina, o Paraguai e os EUA no âmbito do mecanismo que trata da problemática dos ilícitos incidentes naquela região. Chegou-se a consenso - tanto no encontro de unidades de inteligência financeira (Brasília, maio) quanto na 2ª Reunião Plenária (Assunção, dezembro) do mecanismo - quanto à inexistência de atividades operativas de terrorismo na Tríplice Fronteira, tampouco de seu financiamento, fato reconhecido pelo Secretário-Executivo do CICTE.

Desarmamento

O Governo brasileiro continuou a promover iniciativas que refletem a prioridade que o País atribui, entre outras questões internacionais, à pronta entrada em vigor do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT); à implementação das medidas contidas no Programa de Ação aprovado na VI Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), em maio de 2000, entre os quais se destaca o “compromisso inequívoco” dos cinco signatários que possuem armas nucleares com a eliminação de seus arsenais nucleares; à retomada das negociações no âmbito da Conferência do Desarmamento; ao fortalecimento e à expansão das Zonas Livres de Armas Nucleares; à plena implementação da Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas (CPAQ); ao fortalecimento da Convenção sobre a Proibição das Armas Biológicas (CPAB); à aplicação universal da Convenção de Proibição de Minas Antipessoal; e à implementação do Programa de Ação para combater o tráfico ilícito de armas pequenas, adotado na Conferência das Nações Unidas realizada sobre o tema em julho de 2001.

Conferência Especial sobre Segurança

Em outubro, foi emitida na Cidade do México a “Declaração de Segurança das Américas”, que reflete um equilíbrio entre perspectivas diferentes no que se refere às ameaças à segurança do hemisfério e como a OEA pode contribuir para enfrentá-las, e a como envolver as forças armadas dos países nesse processo. O Brasil conseguiu ver atendidas suas expectativas em relação ao texto final da Declaração.

Meio Ambiente

Em 2003, o Itamaraty em articulação com outros órgãos do Governo e com a sociedade civil, coordenou a participação do Brasil em discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável em temas estratégicos como água, florestas, biodiversidade, biossegurança, mudança do clima, energia renovável, segurança

química, desertificação e seca. O Itamaraty participou ativamente das discussões sobre o futuro do regime internacional sobre mudança do clima. Em outubro, a Reunião Ministerial Preparatória da América Latina e Caribe aprovou a Plataforma de Brasília para a Conferência sobre Energias Renováveis (Bonn, junho de 2004). Destacaram-se os temas da biodiversidade e de florestas, seja na implementação da legislação nacional, seja na salvaguarda nas negociações multilaterais dos interesses nacionais relativos à preservação dos conhecimentos tradicionais, ao acesso a recursos genéticos e à repartição de benefícios. O Itamaraty participou das discussões sobre o projeto de lei sobre biossegurança enviado pelo Executivo ao Congresso, bem como elaborou a Mensagem Presidencial para a adesão do Brasil ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, aprovada pelo Congresso em novembro.

Espaço Exterior e Mar

Entre os temas especiais, sobressaiu a cooperação espacial, em particular o lançamento do segundo satélite de recursos terrestres construído com a China (CBERS-2) e as negociações sobre a utilização comercial do Centro de Lançamentos de Alcântara. Nesse contexto, a cooperação com a Ucrânia reforçou-se com a ratificação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas e com a assinatura de outros atos para viabilizá-la. Dispensou-se também atenção à política antártica, aos temas do Direito do Mar e à conservação do atum atlântico, em consonância com a ênfase do Governo na expansão sustentável da pesca no Brasil.

Política Externa Econômica

As atividades de política externa econômica, em 2003, convergiram, em grande parte, para a continuidade da rodada de negociações comerciais multilaterais, lançada em Doha, Catar. Com o objetivo de conferir impulso político às negociações, foram organizadas três reuniões mini-ministeriais ao longo do ano: Tóquio (fevereiro), Sharm El-Sheikh (junho) e Montreal (julho). O Brasil esteve entre o grupo restrito de países convidados a participar de todas essas reuniões. Nesse processo negociador, foi articulado grande esforço interno de coordenação com todos os demais órgãos de governo interessados e entidades representativas da sociedade civil, com vistas a preservar o interesse nacional nas áreas de agricultura, acesso a mercados para bens industriais, regras de defesa comercial e acesso a medicamentos.

Na V Conferência Ministerial da OMC, em Cancún (setembro), o Brasil organizou o G-20, um Grupo de países em desenvolvimento com o objetivo de avançar na liberalização do comércio agrícola internacional e garantir regras que promovam o desenvolvimento rural e tratamento diferenciado para países em desenvolvimento. A formação do G-20 foi um contraponto à proposta agrícola comum de EUA e União Européia, que restringia o nível de ambição do Mandato de Doha, inclusive sem prever a eliminação dos subsídios agrícolas à exportação. Em dezembro, o G-20 reuniu-se, em nível ministerial, em Brasília, ocasião em que o Grupo se consolidou como interlocutor essencial na Rodada Doha.

No contexto da reunião de Cancún, o Itamaraty defendeu as posições brasileiras no sentido do equilíbrio entre serviços e outras áreas, da necessidade de avançar nas regras ainda em elaboração, que complementarão o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços em temas como subsídios e compras governamentais, e da necessidade de fazer valer as cláusulas daquele Acordo que dão flexibilidades especiais para os países em desenvolvimento. A formulação das posições exigiu amplo trabalho de coordenação interna, presidido pelo MRE, em consultas com todos os Ministérios e Agências envolvidos e com representantes do setor privado e sociedade civil.

O Brasil manteve a linha de atuação no sentido de que negociações sobre investimentos, no âmbito da OMC, só devem ser abertas quando houver nível mínimo de consenso sobre os aspectos e modalidades a serem cobertos.

No âmbito do mecanismo de solução de controvérsias da OMC, o Brasil iniciou contenciosos com a União Européia e com os Estados Unidos. Após ganho de causa para o Brasil, foi acompanhada a implementação dos contenciosos sobre Direitos Antidumping das CE sobre tubos e conexões de ferro fundido maleável, sobre a Lei de Compensação por Dumping e Subsídio Continuado de 2000 ("Emenda Byrd") dos EUA e sobre medidas de salvaguardas definitivas aplicadas pelos EUA sobre importações de produtos siderúrgicos. O Brasil também atuou como terceira parte em outros contenciosos.

O Brasil continuou a auferir contribuições técnicas no seu relacionamento com a Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina e Caribe (CEPAL). Na UNCTAD, o Brasil participou da 50ª Sessão da Junta de

Comércio e Desenvolvimento, em outubro, que deu início aos debates substantivos para elaboração de documento-base para a XI Sessão da UNCTAD, a ser realizada em junho de 2004, em São Paulo. No âmbito da Conferência de Alto Nível do G-77 sobre Cooperação Sul-sul, em Marraqueche (dezembro), a delegação brasileira apresentou contribuições para aperfeiçoar a cooperação e coordenação econômica entre os países em desenvolvimento, em questões como o seguimento da Conferência de Monterrey, as negociações comerciais na OMC, a reforma da arquitetura financeira internacional e o possível lançamento de uma terceira rodada de negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (SGPC). Foram continuadas as discussões sobre a reforma do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA).

Em 2003, o Brasil aprofundou seu relacionamento com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tendo participado, em maio, da Reunião do Conselho Ministerial daquela Organização. O País participou ativamente dos debates nos Comitês de Comércio, Agricultura, Investimentos e Empresas Multinacionais, Concorrência e Gestão Pública. Ao final do ano, foi solicitada ao Secretariado da OCDE a acessão do Brasil como observador do Grupo de Trabalho sobre Previdência Privada daquele organismo.

No tocante à defesa comercial, o Itamaraty prestou apoio aos exportadores brasileiros envolvidos em investigações *anti-dumping*, anti-subsídios ou de salvaguardas. O Brasil apresentou propostas no Grupo de Negociação de Regras da OMC para eliminar lacunas importantes do Acordo sobre *Anti-dumping* e do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, as quais prejudicam as exportações brasileiras. Nas negociações, no âmbito da OCDE, de acordo para redução/eliminação de subsídios ao setor siderúrgico, o País propugnou pelo estabelecimento de tratamento diferenciado para os países em desenvolvimento, capaz de reduzir desvantagens que afetam negativamente as condições de competição daqueles países no mercado internacional do aço.

Em relação aos produtos de base, o Brasil manteve forte presença nos foros que se dedicam a consultas entre países produtores e consumidores, como a Organização Internacional do Café (OIC), Organização Internacional do Cacau (OICACAU) e a Organização Internacional do Açúcar (OIA), dentre outras. Em 2003, registrou-se aumento nos preços de produtos importantes para o Brasil, em especial a soja.

No setor de serviços aéreos, o Itamaraty acompanhou e estimulou a negociação e aprofundamento de acordos bilaterais com dezenas de países, com vistas a diversificar as ligações aéreas internacionais do país e aumentar o fluxo de passageiros, com ênfase em países da América do Sul, África e Ásia. No âmbito do Mercosul, o Itamaraty buscou promover políticas que objetivam a crescente integração aérea do bloco.

No que se refere aos Acordos de Promoção e Proteção de Investimentos, assinados pelo Brasil entre 1993 e 1994 com quatorze países desenvolvidos, e submetidos à consideração do Congresso Nacional, o Poder Executivo decidiu retirar tais acordos da consideração do Congresso, em atenção a pedido do novo Governo.

O Brasil continuou estimulando a negociação e implementação de acordos com agências internacionais de financiamento ao desenvolvimento. Buscou, igualmente, promover o estudo de mecanismos financeiros inovadores, que permitam a geração de maiores recursos para investimentos em países em desenvolvimento, com apoio de agências multilaterais. O País renegociou e perdoou dívidas de países da África e América do Sul, no contexto global de nossa política de cooperação para o desenvolvimento.

O Brasil esteve presente na XXXVII Reunião do Conselho de Representantes do Escritório Internacional de Têxteis e Vestuário (ITCB), no Cairo, em agosto, e publicou a Lei 10.743, de 9 de outubro de 2003, que institui o Sistema de Certificação do Processo de Kimberley, iniciativa das Nações Unidas no combate à proliferação de conflitos armados, de forças rebeldes e até mesmo do tráfico de armas e narcóticos ao redor do mundo financiados pela circulação de diamantes brutos. Realizaram-se negociações conducentes à aplicação, até dezembro de 2004, de medidas de salvaguarda transitórias sobre importações de certos tecidos de poliéster originárias da Coreia do Sul e de Taiwan. Foram examinadas, igualmente, as implicações da Lei de Bioterrorismo, implementada pelos EUA, em dezembro, para as exportações brasileiras.

Programa de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional

Dentre as principais ações realizadas, destacam-se: a) promoção da “Agenda do Conhecimento e da Informação do Governo”; b) promoção de temas relacionados a ciência, tecnologia, educação a distância, inteligência

organizacional, prospecção tecnológica, compensação comercial, industrial e tecnológica – *Offset*, gestão do conhecimento, tecnologia da informação, entre outras; c) disseminação de conceitos, princípios e práticas relacionadas ao uso e aplicação da gestão do conhecimento na administração pública; d) coordenação do Comitê Técnico de Gestão do Conhecimento e Informação Estratégica (CT-GCIE) do Governo Eletrônico, para proposições de normas e recomendações da Política de Gestão do Conhecimento, no âmbito da Administração Pública Federal; e) identificação e captação de pesquisadores e profissionais brasileiros, altamente qualificados nas áreas de CT&I, no país e no exterior; f) concessão de bolsas de estudos a alunos estrangeiros no sistema educacional brasileiro, principalmente dos países africanos e latino-americanos; g) promoção da cooperação técnica com os países parceiros do Brasil e com os organismos internacionais, com vistas a criar instrumentos e mecanismos necessários para transferência de conhecimentos técnicos, científicos e tecnológicos ao país; e h) promoção e fortalecimento, no âmbito bilateral e multilateral, das relações do Brasil com os governos da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), a fim de contribuir para concertação político-diplomática em todos os domínios, bem como na promoção e difusão da língua portuguesa.

Na atividade de articulação e negociação, o Programa, acima referido, realizou prospecção tecnológica e industrial no sentido de apoiar a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de setores chave da economia brasileira. Os Setores de Ciência e Tecnologia (SECTECs) dos Postos no exterior acompanharam o cenário local nas áreas de conhecimento consideradas prioritárias para a agenda de cooperação em Ciência e Tecnologia (C&T) e Educação e monitoraram as tendências e oportunidades que podem ser aproveitadas pelo Governo brasileiro, principalmente nas áreas relacionadas a *software* livre, governo eletrônico, gestão do conhecimento e educação a distância.

Na atividade de elaboração e implementação de acordos de cooperação técnica e tecnológica internacional, o Programa fortaleceu e intensificou seus projetos de cooperação com os países parceiros tradicionais e não-tradicionais, bem como ampliou o apoio a investimentos dos organismos internacionais em programas nacionais do Brasil nas áreas de saúde, gestão ambiental, educacional, inovação tecnológica, governança, gestão de públicas e prospecção tecnológica.

O Programa vem implementando o Centro de Gestão Estratégica do Conhecimento em Ciência e Tecnologia (CGECon), que tem como objetivo a promoção da gestão do conhecimento para subsidiar a formulação e identificação de macro-estratégias para política externa, em matéria de C&T, por meio da percepção e do acompanhamento de tendências e inovações científicas e tecnológicas no intuito de auxiliar o MRE na formulação da agenda diplomática. O CGECon vem atuando como coordenador do Sistema de Informações em C&T no Exterior (SICTEX), uma rede de 22 observatórios (Setores de Ciência e Tecnologia - SECTECs), localizados em Postos no Exterior.

Promoção Comercial

Foram priorizadas ações conjuntas no âmbito do MERCOSUL: a introdução de novo conceito de promoção de comércio na América do Sul e a revitalização das relações comerciais com a África e o Oriente Médio. Dentre as ações de promoção comercial conjunta do MERCOSUL, cumpre destacar: a) a participação de 36 empresas dos 4 países membros sob um mesmo pavilhão na Feira Internacional de Alimentos e Bebidas de Anuga, Alemanha, em outubro, gerando negócios da ordem de US\$10 milhões; b) Missão Comercial Conjunta ao México, com 170 empresas participantes dos 4 países e negócios encaminhados da ordem de US\$ 70 milhões.

No tocante à América do Sul, foi lançado, em maio, o Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), voltado para a revitalização dos fluxos de comércio com os países circunvizinhos, ademais de procurar equilibrar as trocas comerciais, tradicionalmente superavitárias para o Brasil. Com a colaboração da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), foram iniciadas parcerias com agentes econômicos e comerciais de Chile, Bolívia, Uruguai, Paraguai e Venezuela, tendo-se firmado Memorando de Entendimento com a Bolívia para a execução do Programa. Quanto à África e ao Oriente Médio, e em consonância com as prioridades estabelecidas pelo Governo federal, realizou-se em junho, em Fortaleza, o II Fórum Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em parceria com o Banco do Nordeste. Das 23 missões comerciais promovidas em 2003, a maior parte voltou-se para a África e o Oriente Médio, além da América do Sul. As missões envolveram mais de 800 empresários brasileiros e cerca de 2.700 contrapartes estrangeiros, tendo encaminhado negócios estimados em US\$1,5 bilhão.

O programa de feiras, exposições e seminários do Itamaraty contemplou 55 eventos, dos quais 14 feiras de caráter geral e 41 mostras especializadas, com destaque para os setores de agropecuária e alimentação (10), turismo (5), têxteis, confecções e moda (4) e calçados e artefatos de couro (4). Foi dada seqüência ao trabalho de inteligência comercial, instrumento de grande valia para a organização de eventos promocionais e para as decisões dos empresários exportadores. Em dezembro foi lançada a terceira versão da BrazilTradeNet (www.braziltradenet.gov.br), “site” de promoção comercial do Itamaraty que já conta com mais 5.200 registros de empresas estrangeiras e 2.300 brasileiras. Foram elaborados 12 novos guias da série “Como Exportar”.

A promoção de investimento direto estrangeiro no País contemplou a realização de seminários temáticos em Estocolmo, Madri e Viena, além de encontro sobre a economia brasileira, por ocasião da visita a Brasília do Rei Harald V da Noruega. No tocante à colaboração Itamaraty-escritórios de advocacia, cabe destacar o Programa de Capacitação para Jovens Advogados Brasileiros na Delegação do Brasil em Genebra, do qual participam 11 dos mais importantes escritórios nacionais. O Programa viabiliza extenso trabalho de estudos e pesquisas em temas afetos ao órgão de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de acompanhamento dos trabalhos de formulação da posição do Brasil em vários painéis da OMC. Foi lançada a revista “Brasil, Marca de Excelência”, em português, espanhol e inglês, e realizada atualização de vídeo sobre os serviços de engenharia brasileiros. Foi lançado o novo Programa de Promoção das Exportações para o Sistema das Nações Unidas (PEE-ONU), que pretende ampliar as vendas brasileiras para o sistema da ONU no formato “execução direta” e realizou-se a abertura de novos Setores de Promoção Comercial em Dubai (Emirados Árabes Unidos) e em São Domingos (República Dominicana), este com atuação que abrange todo o Caribe.

Assuntos Culturais e de Divulgação

Difusão da Língua Portuguesa e da Cultura Brasileira no Exterior

Formação de 22.106 alunos de língua portuguesa e/ou cultura brasileira. No contexto desta ação foram realizadas as seguintes atividades: a) manutenção e reestruturação da Rede de Ensino Brasileira no exterior, composta por 15 Centros de Estudos Brasileiros, 9 Institutos Culturais, 34 Lectorados, 7 Cursos de Português, 2 Cátedras e 1 Casa do Brasil; b) inauguração do Centro de Estudos Brasileiros em Luanda (Angola); c) regulamentação da cobrança e da arrecadação de matrículas dos Centros de Estudos Brasileiros; c) aprovação de 867 dos 1712 candidatos inscritos nos exames para a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE); d) elaboração e implementação do sistema de gestão (DCNET) da rede de ensino no exterior; e) atualização e ampliação do acervo das bibliotecas das unidades da Rede, com a remessa de CD's, revistas, livros didáticos, de literatura infanto-juvenil, literatura brasileira e artes; f) abertura de novos Lectorados em Acra (Gana) e Dacar (Senegal) e início de negociações para a abertura em Pequim (China); e g) acompanhamento, junto à CAPES e outros órgãos do Governo, do processo de substituição de leitores.

Veiculação de Matérias sobre o Brasil

Veiculação de 14.598 matérias sobre o Brasil na imprensa internacional. No contexto desta ação foram realizadas as seguintes atividades: a) promoção de visitas de personalidades estrangeiras ao Brasil, no âmbito do programa “Formadores de Opinião”, que tem favorecido a reprodução e divulgação de notícias sobre o Brasil nos principais meios jornalísticos estrangeiros; b) organização de banco de dados sobre produtos e projetos culturais a serem exibidos no exterior; c) divulgação da cultura brasileira no exterior, promovendo a realização de 142 eventos culturais nas áreas da música, literatura, artes visuais, dança, cinema, artes cênicas, seminários e congressos; d) publicação de cinco títulos da Coleção Temas Brasileiros – que tem como objetivo divulgar aspectos relevantes da realidade brasileira; e) 1ª edição da revista *Viva Brasil* – que oferece ao leitor artigos (pesquisas, reportagens, entrevistas, perfis) de jornalistas independentes ou oriundos dos melhores títulos da imprensa brasileira sobre todas as facetas do Brasil de hoje; f) 11ª edição da revista Textos do Brasil - Música Popular Brasileira – cada edição inclui aproximadamente 20 artigos escritos por especialistas; e) elaboração de cinco vídeos de divulgação do Brasil no exterior; f) manutenção dos projetos Clube Brasil, Programa Formadores de Opinião (PFO), CD-Rom Brasil em Foco e o Site Oficial do Ministério das Relações Exteriores; g) promoção e atualização da publicação virtual Brasil Atual.

Concessão de Bolsas, no Sistema Educacional Brasileiro, a Alunos Estrangeiros

Concessão de auxílio financeiro e passagens aéreas a estudantes estrangeiros selecionados nos convênios de cooperação educacional firmados pelo governo brasileiro com outros países, notadamente da África e da América do Sul. Ademais, das atividades culturais acima mencionadas, a Direção-Geral Cultural do Itamaraty buscou estabelecer parcerias com outros órgãos da esfera federal (Ministério da Cultura, Ministério do Esporte e Turismo, Ministério da Educação) e entidades privadas, entre as quais a Fundação Álvares Penteado, o Instituto Itaú Cultural, a Odebrecht, a Petrobrás, o Banco do Brasil, a TV Senado, a Varig e a Fundação Itaú.

Administração e Finanças

A despesa anual com compromissos relativos a contribuições do Governo brasileiro a 93 organismos internacionais e a 27 Missões de Paz da ONU, executados integralmente em moeda estrangeira, atinge US\$ 77 milhões. Por insuficiência de créditos orçamentários em sucessivos exercícios, os pagamentos correspondentes vêm sofrendo atrasos e, em janeiro de 2003, o débito atingiu US\$ 146 milhões. A Lei Orçamentária de 2003 previu apenas R\$ 80 milhões para o programa “Gestão da Participação em Organismos Internacionais”. Ademais, foram obtidos créditos suplementares de R\$ 66 milhões. Foram efetuados pagamentos no valor de US\$ 45 milhões, de forma a assegurar o direito de voto em alguns dos principais organismos como Nações Unidas, OEA, UNESCO, bem como a quitar parte das dívidas em atraso com outros 37. O débito transferido para 2004 atinge o montante de US\$ 220 milhões.

No que se refere ao planejamento administrativo, o Itamaraty passou a contar com nova estrutura regimental, capaz de melhor refletir prioridades governamentais. Foram criadas a Subsecretaria-Geral da América do Sul e a Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome, e o Departamento da África foi separado do Departamento do Oriente Médio. Em novembro, foram adotadas normas para o controle da arrecadação, transferência e aplicação dos recursos recebidos, por intermédio dos Centros de Estudos Brasileiros no exterior, a título de remuneração por serviços por eles prestados.

O Programa Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e Organizações Internacionais é integrado por seis Ações, sendo duas desenvolvidas no País (itens 2 e 4) e quatro no exterior (itens 1,3,5 e 6). Em seu âmbito, procedeu-se, em 2003, ao acompanhamento da execução físico-financeira e à supervisão das atividades continuadas e não finalísticas que viabilizam o desempenho adequado da função diplomática e consular no exterior e no Brasil.

1) *Aquisição de Equipamentos e Mobiliário para Embaixadas e Consulados*: Foram adquiridos 1.113 itens, entre mobiliário e equipamentos, destinados aos Postos no exterior. Deu-se, igualmente, continuidade ao programa de substituição de carros da frota no exterior, recomendado pelo TCU: Embaixadas em Assunção, Bangkok, Beirute, Bogotá, Buenos Aires, Caracas, Estocolmo, La Paz, Luanda, Montevideu, Moscou, Nova Delhi, Paramaribo, Pequim, Port-of-Spain, Quito, Rabat, Santiago, São Tomé e Trípoli; Consulados-Gerais em Barcelona, Ciudad del Este, Munique e Xangai; Vice-Consulados em Artigas, Paso de Los Libres, Puerto Iguazu, Puerto Suarez e Rio Branco; Representação junto à FAO (Roma).

2) *Demarcação de Fronteira*: Destacam-se as seguintes campanhas e trabalhos no âmbito da Ação: Pela Primeira Comissão Demarcadora de Limites – Belém – PA (PCDL): a) Campanha de Inspeção Unilateral dos marcos na fronteira Brasil-Venezuela, localizados na Serra Pacaraima no trecho entre os marcos BV-8/BV-7; b) 66ª Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana Demarcadora de Limites, na cidade de Santa Elena do Uaioren, Venezuela; c) Campanha Tabatinga-Apapóris 2003, pela Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasileiro-Colombiana; d) 8ª Conferência da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasil-Peru, na cidade de Lima/Peru; e) Trabalhos da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana Demarcadora de Limites, referente à Campanha Serra Pacaraima. Pela Segunda Comissão Demarcadora de Limites – Rio de Janeiro – RJ(SCDL): a) 52ª Conferência da Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguaí (Montevideu); b) Campanha na fronteira Brasil-Argentina; c) Campanha na fronteira Brasil-Bolívia; d) Trabalhos de inspeção na linha limite da região próxima a San Matias (Bolívia).

3) *Locação de Imóveis no Exterior*: Foram efetivados os pagamentos previstos de despesas com a locação de imóveis oficiais e o benefício da Residência Funcional no exterior. Autorizou-se a locação de imóveis para a instalação inicial da Sede e da Chancelaria da Embaixada em São Tomé, bem como da Casa da Cultura do Brasil em Luanda. Transferiram-se, para instalações adequadas e mais econômicas, as Sedes das Embaixadas em Budapeste, Cingapura e Kingston; Sede

da Representação junto à UNESCO; as Sedes dos Consulados-Gerais em Barcelona, Hong Kong, Londres, Miami, Munique e Sydney.

4) *Manutenção do Cerimonial*: Foram realizados 135 eventos no recebimento de delegações estrangeiras, entre visitas de Chefes de Estado, de Governo e outras autoridades. Dentro da programação prevista para o exercício, foram recebidos os Presidentes da Argentina, da Venezuela, do Uruguai, do Equador, do Senegal, da Argélia, do Peru, de Burquina Faso, do Paraguai, da Ucrânia, da Espanha, da Finlândia, da República Dominicana e da Bolívia; os Primeiros-Ministros da Malásia, da Índia, do Líbano e da Romênia; os Reis da Noruega; as Rainhas da Holanda e da Espanha.

5) *Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Administrativo e Técnico Contratado no Exterior*: Em 2003, continuaram suspensas as novas contratações de auxiliares locais, bem como os reajustes salariais, salvo aqueles expressamente previstos nas legislações locais. Deu-se continuidade ao processo de uniformização e regularização da situação trabalhista e previdenciária dos contratados locais pelos Postos no exterior.

6) *Representação Diplomática e Consular no Exterior*: Executou-se a manutenção de 153 Postos no exterior e buscou-se conservar as instalações, em particular, com iniciativas nas representações em Assunção, La Paz, Lima, Copenhague, Praia e Nairobi. Realizaram-se despesas por ocasião das missões oficiais do Presidente da República ao exterior. Estiveram envolvidas no apoio dessas missões as Representações Diplomáticas em Abu Dhabi, Acra, Assunção, Beirute, Berlim, Bogotá, Buenos Aires, Cairo, Caracas, Cidade de Cabo, Ciudad Guayana, Damasco, Delegação Permanente em Genebra, Delegação Permanente junto à ONU, Havana, La Paz, Lisboa, Londres, Luanda, Madri, Maputo, México, Paris, Pretória, Quito, Santa Cruz, São Tomé, Trípoli, Washington, Windhoek e Zúrique.

No que diz respeito ao Programa Administração da Unidade, foram atingidos os seguintes objetivos em 2003:

Execução dos programas de governo: As metas fixadas no programa de trabalho, Representação Diplomática e Consular – Nacional; Administração do Patrimônio Imobiliário (Fundo Rotativo Habitacional); Aquisição de Equipamentos e Imobiliário – Nacional e Administração da Unidade - Nacional, no âmbito dos objetivos da Administração, tais como, modernização, planejamento, orçamento, reparos, reformas e adaptações, serviços de telecomunicações, entre outros, foram cumpridas, uma vez que foram aplicados 98.5% do orçamento recebido. Cabe ressaltar ainda, a participação nos procedimentos de aquisição de materiais e serviços necessários para a posse do Presidente da República.

Licitações e Contratos Administrativos: Foram realizados 52 procedimentos licitatórios, dos quais 20 na modalidade Convite, 01 na modalidade Tomada de Preços, 02 na modalidade Concorrência e 30 na modalidade Pregão. Entre os mais importantes ocorridos no exercício, destacam-se: serviços de “buffet” para o Cerimonial, exploração dos Serviços de Restaurante, serviços de reprografia e aluguel de veículos em todo o território nacional. Com respaldo no artigo 62 da Lei 8.666/93, foram celebrados dezessete ajustes e firmados trinta e quatro termos aditivos para a contratação de serviços de prestação contínua e de administração de serviços gerais. Dentre os mais importantes, salienta-se a aquisição de “software”, incluindo treinamento, para apoio às atividades dos setores de Compras, Projetos Básicos, Contratos e Comissão Permanente de Licitação. Contratou-se para o Escritório de Representação no Rio de Janeiro -ERERIO, a implantação de “software” de controle patrimonial de código de barras, incluindo treinamento de pessoal e levantamento de todos os bens daquela unidade.

CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS RECEBIDOS E APLICADOS

PROGRAMA	RECEBIDO (R\$)	APLICADO(R\$)
Representação Diplomática e Consular – Nacional	10.989.966,83	10.977.106,58
Administração do Patrimônio Imobiliário (Fundo Rotativo Habitacional)	441.026,61	440.172,61
Aquisição de Equipamentos e Imobiliário - Nacional	328.260,00	50.397,00
Administração da Unidade - Nacional	16.314.100,18	16.182.105,69
TOTAL	28.073.353,62	27.649.781,88

Programas, Projetos ou Atividades que aguardam implementação

A exigüidade ou liberação tardia de recursos resultou na interrupção ou suspensão temporária de diversos projetos ou atividades de interesse da Administração, a saber: a) Obras civis, Palácio e anexos – Valor estimado R\$ 7.850.986,02; b) Execução de escada de acesso de público ao restaurante do 1º subsolo do Anexo I; c) Execução de

ventilação do restaurante localizado no 1º subsolo do Anexo I; d) Execução do Sistema de Proteção contra Descargas atmosféricas no Anexo II; e) Reforma geral da cobertura do Anexo I; f) Reforma geral da cozinha do restaurante do Anexo I; g) Reforma geral da cozinha do Palácio; h) Impermeabilização da cobertura do Palácio; i) Impermeabilização da cobertura do Anexo II; j) Instalação de Sistema de segurança eletrônica no Palácio e Anexos; k) Instalação de Sistema de detecção inteligente e alarme contra incêndio no An. II; l) Limpeza dos dutos de ar condicionado do Anexo II – Valor estimado R\$ 1.800.000,00; e m) Higienização do acervo da Biblioteca – Valor estimado R\$ 400.000,00.

A Divisão de Desenvolvimento dos Recursos Humanos, dando prosseguimento à execução do PPA 2000/2003 e segundo diretrizes traçadas no Decreto nº 2.794, de 01/10/98, e na Portaria MARE nº 3.454, de 15/12/98, implementou, em colaboração parcial com instituições de ensino do Distrito Federal, ações de capacitação que envolveram 432 servidores. Nesse quadro, 84 servidores participaram de cursos extra-muros em diferentes áreas de atividade. Foram realizadas 5 edições do Curso de Habilitação para o Serviço Exterior (CHSE), que contaram com a participação de 123 servidores. Em parceria com a Escola de Administração Fazendária (ESAF), foram ministrados cursos de inglês, francês e espanhol a 99 servidores em diversos níveis de aprendizado. Foi, igualmente, dada continuidade ao projeto Telecurso 2000, desenvolvido mediante convênio celebrado com o Serviço Social da Indústria do Distrito Federal (SESI-DF), que possibilitou a escolarização de 126 servidores nos níveis básico e médio, bem como ao programa com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) para a realização de estágios por 141 universitários e 5 estudantes de nível médio de diversas áreas acadêmicas em diferentes unidades administrativas do Ministério.

A Divisão coordenou a preparação do Processo Seletivo Simplificado, com vistas à contratação por tempo determinado de 66 profissionais para o desempenho de atividades técnicas especializadas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional do MRE. Coordenou, igualmente, a implementação no Itamaraty do projeto “Todos Lendo na Esplanada”, curso de alfabetização do qual participaram 15 funcionários terceirizados, e a organização da I Feira de Saúde e Qualidade de Vida do Servidor do Ministério, que possibilitou a cerca de 1.500 servidores e familiares realizar a medição de pressão arterial e pressão intra-ocular, dosagens de taxa de glicose sanguínea e imunização contra amplo espectro de doenças infecto-contagiosas. Foi igualmente dada continuidade às atividades do Núcleo de Recapacitação de Recursos Humanos para o atendimento de servidores com queda de rendimento profissional motivada por questões como dependências químicas, distúrbios psiquiátricos e comportamentais. As despesas com ações de capacitação somaram, em 2003, R\$ 279.673,00.

Assuntos Consulares e Jurídicos

O ano de 2003 foi caracterizado pelo aumento considerável da demanda por assistência consular, nomeadamente as de caráter emergencial, que consistem em pequenos auxílios a brasileiros desvalidos. O programa de ajuda a presos brasileiros no exterior também teve continuidade, mediante a liberação de recursos para a compra de medicamentos e de material de higiene pessoal, bem como assistência médica, principalmente para os cidadãos detidos em prisões, que sofrem de grande deficiência na assistência prestada pelas autoridades locais. Nas repatriações terrestres, pôde-se atender a um número bem mais significativo em relação aos exercícios anteriores. Houve igualmente um acréscimo da ordem de 20 % nas repatriações por transporte aéreo. A maior divulgação pela mídia dos serviços prestados pelas Repartições consulares brasileiras tem contribuído sobremaneira para o aumento da demanda por serviços consulares em todos os níveis, quer de assistência ao brasileiro desvalido, quer de assistência aos brasileiros residentes, ou em trânsito no exterior.

Com a suplementação orçamentária, foi possível cumprir os compromissos contratuais assumidos com escritórios de advocacia para assistência jurídica a brasileiros presos no exterior, apesar dos problemas verificados com a instabilidade cambial vigente. A assistência jurídica é prestada em oito países, que detêm as maiores comunidades brasileiras no exterior. Em 2003 foram autorizados recursos da ordem de R\$ 1.053.758,00, equivalentes a US\$ 339.371,00. O total em apreço foi aplicado da seguinte forma: 12,7% em Passagens e Despesas com Locomoção - Repatriação de brasileiros (US\$ 42.969,00); 14,1% em Pessoa Jurídica - Ajuda humanitária a presos brasileiros no exterior (US\$ 48.085,00); 25,3% em Pessoa Física - Pequenos auxílios a brasileiros desvalidos (US\$ 85.812,00); e 47,9% em Pessoa Jurídica - Assistência jurídica a brasileiros no exterior (US\$ 162.505,00).

Instituto Rio Branco

No ano de 2003, o Instituto Rio Branco (IRBr) realizou dois Concursos de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD). O primeiro deles selecionou 39 de um total de 5.810 candidatos; no segundo, foram 23 aprovados

de 2.659 candidatos. As aulas do Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas – Primeira Fase (PROFA-I) e do Mestrado em Diplomacia foram ministradas, no primeiro semestre, entre os meses de fevereiro e, no segundo, de agosto a dezembro. Em agosto, formou-se uma turma de 31 diplomatas-alunos, os quais foram substituídos pelos 39 candidatos aprovados no Concurso do primeiro semestre. Em setembro, realizou-se o XLV Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), com a participação de 15 Segundos Secretários, dos quais 13 foram aprovados, registrando nível de aproveitamento de 86,7%. Em outubro tiveram lugar as arguições do XLVI Curso de Altos Estudos (CAE), no qual os 8 Conselheiros participantes tiveram suas teses aprovadas pelas Bancas examinadoras, registrando 100% de rendimento.

No âmbito da versão 2003 do Programa de Ação Afirmativa, de um total de 1.689 inscritos na fase inicial do processo de seleção, 75 chegaram à fase final, de entrevistas. O referido programa foi lançado em 13 de maio de 2003 e consiste na concessão de 30 “bolsas-prêmio de vocação para a diplomacia”, no valor mensal de R\$ 2.500,00, a candidatos afro-descendentes ao CACD, selecionados em concurso nacional. O resultado foi divulgado em julho, com a seleção dos 30 bolsistas. Além das bolsas-prêmio, os participantes receberam bolsas em curso de inglês na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, e têm sido orientados individualmente por diplomatas voluntários. Em dezembro, os bolsistas foram recebidos em Brasília pelo Presidente da República e pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, ocasião em que receberam certificados de aprovação no Programa.

Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

Cooperação Científica e Tecnológica Internacional

Unidade Administrativa responsável pela Atividade de Cooperação Técnica Internacional, no âmbito do Programa de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional, um dos Programas Finalísticos do Plano Plurianual 2000-2003, encerrado em dezembro de 2003.

Coordenou a implementação dos programas de cooperação técnica desenvolvidos com governos estrangeiros (cooperação bilateral) e com organismos internacionais (cooperação multilateral), visando à transferência de conhecimentos, tecnologias, técnicas, informações e experiências para instituições do Governo Federal, Estados, Municípios, setor produtivo e sociedade civil organizada, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico do país e elevar os índices de qualidade de vida da população brasileira. Os programas de Cooperação Técnica Internacional igualmente habilitaram o intercâmbio técnico entre o Brasil e outros países em desenvolvimento, contribuindo para a promoção da imagem externa do país como nação comprometida com a Agenda para o Desenvolvimento das Nações Unidas e com a harmonia entre os povos.

A carteira da Cooperação Técnica Recebida Bilateral (CTRB) contou com 341 ações de cooperação técnica, divididas entre 162 projetos e 179 atividades. Com a implementação dos programas da CTRB, em 2003, as instituições nacionais acessaram recursos externos - a fundo perdido - no valor de aproximadamente US\$ 100 milhões, internalizados mediante serviços de consultorias, capacitação, treinamentos e eventual doação de equipamentos.

Os principais setores atendidos foram os de meio ambiente, agricultura, saúde, desenvolvimento industrial, social e outros, como energia, transporte e administração pública. Os principais programas bilaterais em andamento são estabelecidos com os Governos do Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Canadá, Países Baixos, Estados Unidos, Itália e Espanha, nesta ordem, em termos de volume de recursos aportados.

No âmbito da cooperação técnica recebida do exterior multilateral, a ABC/MRE foi responsável pela aprovação de 212 instrumentos de cooperação técnica internacional e pelo acompanhamento de aproximadamente 400 projetos em execução, cuja implementação resultou no acesso a recursos externos a fundo perdido de aproximadamente US\$ 37 milhões e na mobilização de uma contrapartida nacional da ordem de US\$ 300 milhões, com forte presença de recursos oriundos de financiamentos externos canalizados para ações de desenvolvimento institucional. Os principais setores atendidos foram os de Meio Ambiente, Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Desenvolvimento Regional, Agricultura, Administração Pública, Previdência Social, Comunicações e Energia.

As ações de cooperação técnica recebida, tanto bilateral quanto multilateral, resultaram no desenvolvimento técnico das instituições beneficiárias, na melhoria de indicadores socioeconômicos de diversos segmentos da população e na maior efetividade na gestão de programas públicos. A cooperação entre países em desenvolvimento, uma das áreas prioritárias da ABC, mereceu atenção especial, tendo sido dada continuidade a todos os projetos em andamento na América do Sul e África de expressão portuguesa, entre outras regiões.

Participou ativamente, em coordenação com o Ministério do Planejamento, Casa Civil da Presidência da República e Advocacia Geral da União, das negociações que resultaram nos ajustes de prazo para o cumprimento do Termo de Conciliação (TAC) referente à Ação Civil Pública nº 1.044/01, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho contra a União e organismos internacionais. E, em estreita coordenação com a Divisão de Recursos Humanos (DRH), a Agência também contribuiu para o cumprimento da segunda etapa do TAC, qual seja, a da realização de processo seletivo simplificado para a contratação temporária de pessoal técnico em projetos de cooperação no âmbito do MRE.

Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG

Em 2003, a Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, e seus órgãos específicos, o Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais – IPRI e o Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD, dando continuidade aos seus objetivos estatutários, realizaram atividades voltadas primordialmente ao estímulo à reflexão sobre temas históricos e da atualidade de interesse para a política externa brasileira, buscando contribuir para melhor compreensão pela sociedade das principais questões internacionais e da história diplomática do Brasil.

A FUNAG e seus órgãos específicos, individualmente ou em parceria com outras entidades nacionais e estrangeiras, promoveram a realização de 10 (dez) seminários e mesas redondas, com destaque para o ciclo de seis seminários realizados em novembro, relativos aos Países Membros da Comunidade Andina de Nações; prestaram apoio financeiro e/ou institucional à realização de 06 (seis) seminários; apresentaram as exposições “de Tordesilhas ao Mercosul” (permanente) e “O Barão do Rio Branco e a Alma Carioca” (até 23 de janeiro), ambas no Rio de Janeiro, e a exposição itinerante “O Barão e a Caricatura”, realizada em Belo Horizonte, nos meses de janeiro e fevereiro, e no Rio de Janeiro, nos meses de novembro e dezembro; editaram, co-editaram ou reeditaram um periódico e 17 (dezesete) livros, entre os quais obras consagradas de Martin Wright, Bradford Burns, Abade de Saint-Pierre e Hans Morgenthau, no âmbito da Coleção *Clássicos* IPRI, e reeditaram 07 (sete) manuais para preparação dos candidatos ao concurso de admissão à carreira de diplomata. Ao longo do ano, a Fundação distribuiu a órgãos dos governos federal e estaduais, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, a bibliotecas, universidades e a outras entidades, 04 (quatro) publicações especializadas, além de retransmitir diariamente (por meio eletrônico) a Resenha Walder de Góes e de disponibilizá-la na Intratec. A FUNAG também participou com estande de venda de livros em 05 (cinco) eventos, realizados em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador.

O CHDD continuou prestando particular atenção a atividades relativas à preservação da memória das relações internacionais do Brasil e da diplomacia brasileira, à catalogação e conservação dos acervos documentais e do prédio da Biblioteca do Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro.

Além da sua própria página web (www.funag.gov.br), a FUNAG, em parceria com o Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, mantém na internet o *Site* Brasileiro de Referência em Relações Internacionais – RELNET (www.relnet.com.br), primeiro site eletrônico em língua portuguesa integralmente dedicado à comunidade especializada em Relações Internacionais do Brasil, oferecendo serviços flexíveis e eficientes de informação e de apoio à pesquisa, ao ensino e à profissionalização da área no país.

Controle Interno – Ciset

Com base na Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, e no Decreto 3591, de 06 de setembro de 2000, a Secretaria de Controle Interno-Ciset, como órgão setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, acompanhou a ação governamental e a gestão dos administradores públicos federais, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores e da unidade que lhe é vinculada, a Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG. Verificou, nos termos da referida legislação, o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União. Apoiou ainda o controle externo no exercício de sua missão institucional.

O Itamaraty dispôs de orçamento de R\$ 1.290.292.057,53 (um bilhão, duzentos e noventa milhões, duzentos e noventa e dois mil e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos), dos quais 76,18% destinaram-se a despesas no exterior. Do montante total, 43,45% foram destinados a pessoal e encargos sociais; 55,59% a outras despesas correntes (inclusive com manutenção e operação das repartições no País e da rede de Postos); e 0,86% a despesas de capital.

A Secretaria realizou auditorias nas unidades da Secretaria de Estado de forma a não apenas verificar a observância dos preceitos legais, mas também a orientar os gestores quanto à administração dos recursos sob sua guarda, antecipar correções e atuar de forma preventiva. A partir dessas auditorias, verificou-se que o Ministério cumpriu correta e regularmente os objetivos que lhe foram fixados, dentro dos limites orçamentários, ressalvada a variação cambial. O órgão é onerado em outras despesas correntes (ODC) pelo pesado encargo com contribuições a organismos internacionais e com despesas de pessoal contratado no exterior.

O controle interno efetuou a Tomada de Contas Anual referente ao exercício de 2002 na Unidade Gestora Executora (Escritório Financeiro em Nova York), bem como auditoria de acompanhamento relativa à Tomada de Contas Anual do exercício de 2003.

Ademais, deu seqüência ao Programa de Auditoria nas repartições no exterior, conforme recomendado pelo Tribunal de Contas da União, com a realização de missões de auditoria e orientação em nove postos (Delegação junto à UNESCO, Embaixadas em Paris, Túnis, São Salvador, Guatemala, Manágua, Kingston, e Consulados-Gerais em Barcelona e Miami). Tal atividade permitiu ao controle interno, a um só tempo, exercer sua função fiscalizadora, avaliando *in loco* a qualidade da gestão, bem como orientar os Postos sobre a aplicação dos regulamentos e verificar as condições de sua operação.

A Ciset tomou, ainda, as seguintes iniciativas: (a) continuidade do programa destinado a elevar o nível e a qualidade de informações atinentes à gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Itamaraty; (b) apoio ao trabalho da Administração na reformulação, em andamento, do Guia de Administração dos Postos, principalmente com orientações sobre aspectos relativos ao controle interno e sobre a inclusão de sugestões específicas do Tribunal de Contas da União (TCU); (c) acompanhamento dos processos de interesse para o Ministério junto ao TCU; (d) apoio às viagens oficiais ao exterior dos membros do Tribunal de Contas da União; (e) elaboração de relatórios de Auditorias de Tomadas de Contas Especiais no Consulado-Geral em Miami e na Embaixada em Paramaribo.